

# AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DA GUERRA AO TERROR: AMERICANIDADE E PURITANISMO NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA NO PÓS-ONZE DE SETEMBRO

## CONDITIONS OF POSSIBILITY ABOUT WAR ON TERROR: AMERICANESS AND PURITANISM IN THE DISCURSIVE PRACTICES OF THE NORTH AMERICAN FOREIGN POLICY AFTER 9/11

Erica Simone Almeida Resende<sup>1</sup>

### RESUMO:

Como foi possível conceber a “Guerra ao Terror” como opção política válida e legítima? Entendemos que sua articulação e aceitação tenha sido possível graças a um discurso de americanidade articulado por marcadores puritanos, o que indicaria uma tentativa de se naturalizar o puritanismo como principal marcador da identidade nacional americana. Com base em metodologias discursivas, identificaremos as principais estratégias que articulam a associação entre o significado de americanidade e puritanismo nas práticas discursivas da política externa norte-americana no pós-Onze de Setembro.

### PALAVRAS-CHAVE:

Estados Unidos. Política Externa. Discursos. Americanidade. Puritanismo.

### ABSTRACT:

How was it possible to conceive “War on Terror” as a valid and legitimate foreign policy option? I argue that its conditions of possibility are due to a discourse on Americaness based on Puritan markers, which signals the attempt to naturalize Puritanism as the main marker for American national identity. By employing discursive methodologies, I will identify the main strategies that articulate the association between the very meaning of ‘Americaness’ and Puritanism in U.S. foreign policy discursive practices after 9/11.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito (UFRJ) e em Relações Internacionais (Puc-Rio), doutorou-se em Ciência Política (USP). É professora adjunta em Relações Internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). É *Fulbright Schollar* no Brasil desde 2006. Email: esa@infolink.com.br.

**KEY-WORDS:**

United States. Foreign Policy. Discourses. Americaness. Puritanism.

**Introdução**

A chamada Doutrina Bush, principal veículo na promoção da “Guerra ao Terror”, representa, conforme caracterização de Gaddis (2002, p. 50), a “mais dramática mudança de macro-estratégia norte-americana desde o início da Guerra Fria”. Entretanto, apesar de vasta literatura sobre as implicações, desdobramentos e consequências do Onze de Setembro, da “Guerra ao Terror” e da Doutrina Bush, poucas foram as tentativas em entender como ela emergiu como opção política válida e legítima. Como bem observa Lozzano (2007, p. 98), “[c]omo é que, em 10 de setembro de 2001, não existia uma Guerra ao Terror, mas, logo depois, a partir de 11 de setembro de 2001, já existia uma Guerra ao Terror?”

Nosso desafio nos leva, necessariamente, àquilo que Smith (1995) chama de “teoria constitutiva”: uma teoria que busque entender como determinada decisão de política externa se tornou possível, concebível e pensável. Para tanto, tentaremos compreender o papel dos discursos nos processos de construção de realidades, identidades e interesses, em especial a relação entre linguagem, significados e políticas de segurança, consoante à crítica pós-estruturalista/pós-moderna. As respostas a tais indagações exigem a análise da dimensão discursiva da “Guerra ao Terror”, tarefa enfrentada por poucos até aqui<sup>2</sup>.

Entendemos que a “Guerra ao Terror” deve ser interpretada como um discurso que buscou suturar as fissuras abertas na crise do Onze de Setembro, quando a grade de inteligibilidade que dava sentido à realidade e aos indivíduos foi desestabilizada, gerando um vácuo de significados. Com base em articulações autorreferentes sobre a América e os americanos – um discurso de americanidade, a “Guerra ao Terror” construiu socialmente determinadas realidades, sujeitos e relações que, por sua vez, criaram suas próprias condições de possibilidade. Em uma relação de coconstituição entre identidades e interesses, a “Guerra ao Terror” foi capaz de converter diferença em “Outricidade” a fim de produzir fronteiras, separar o “dentro” do “de fora”, disciplinarizar o comportamento interno e legitimar a própria existência do Estado frente a redes não-estatais de poder difuso.

**Identidades, interesses e política externa**

Tradicionalmente, a análise de política externa tende a ser vista como fruto da decisão de indivíduos ou burocracias tomadoras de decisão que procuram entender, reagir e se adequar a percepções de mudanças no cálculo estratégico

---

2 Croft (2006), Jackson (2005), Murphy (2003), Nabers (2009), Sjöstedt (2007) e Silberstein (2002).

de seus interesses. Dessa concepção, surge um entendimento de política externa como fruto de uma relação causal entre atores e interesses, levando-nos a privilegiar, portanto, análises com foco em atores unitários, racionais e eternos, interesses estratégicos de identificação objetiva, relações de poder em termos de capacidades, constrangimentos estruturais etc.

No entanto, entendemos que tal concepção possui diversos aspectos problemáticos, como a noção de uma realidade e de interesses “lá fora”, ambos passíveis de observação e identificação objetiva, ou da possibilidade de cálculos estratégicos não-politizados, refratários ao conflito social, entre outros elementos. Isso nos leva, então, a rejeitar política externa como mera reação de um Estado, aqui concebido como ator racional, pré-existente e dotado de identidades e interesses fixos, aos ditames de um mundo de existência independente que lhe é hostil.

Em contraste, aceitamos a redefinição de política externa desenvolvida por internacionalistas pós-modernos/pós-estruturalistas como Campbell (1998), Hansen (2006), Messari (2001), Nabers (2009), Walker (1993) e Weber (1998), que concebem política externa como prática discursiva fundamental nos processos de coconstituição entre Estado e identidade. Nas palavras de Messari (2001, p. 227), rejeita-se a ideia de política externa como construtora de pontes entre entidades pré-existentes para concebê-la como fruto de prática discursiva de construção de identidades. Conforme explica Hansen (2006, p. xvi):

As políticas externas são legitimadas como necessárias, em termos de interesses nacionais, ou da defesa de direitos humanos, através de referências a identidades. No entanto, as identidades são simultaneamente constituídas e reproduzidas através de formulações de política externa. As políticas exigem identidades, porém as identidades não existem como narrativas objetivas sobre indivíduos e lugares como “eles realmente são”, mas sim como sujeitos e objetos continuamente reafirmados, negociados e refeitos.

A política externa depende de representações que são atribuídas à nação, ao povo ou ao interesse que se busca proteger assim como à situação de ameaça ou crise que se procura eliminar. Para tanto, precisamos primeiro dar significado à realidade e povoá-la de objetos e de relações entre estes. O Estado, através da política externa, articula, constrói e atribui identidades específicas a outros Estados, regiões, povos e instituições ao mesmo tempo em que constrói e atribui para si uma identidade. Essa é a principal contribuição da crítica pós-moderna/pós-estruturalista para a rejeição da concepção tradicional de política externa: a relação de coconstituição entre identidade e política externa.

Se a política externa depende de representações de identidade, e se esta somente se torna possível por meio da formulação de política externa,

infere-se, portanto, que política e identidades estão ontologicamente ligadas: somente através da implementação da política externa – ou sua “performance”, segundo caracterização de Judith Butler (1990) – é que a identidade ganha vida. Simultaneamente, ela é construída para legitimar e naturalizar a opção política proposta (CAMPBELL, 1998; WEBER, 1998). Para Hansen (2006, p. 21), as identidades são “articuladas como sendo a razão para a implementação das políticas, mas elas também são (re)produzidas por esses mesmos discursos políticos: elas são simultaneamente fundamento e produto (discursivo)”.

Para Campbell (1998, p. 1), a relação entre identidade e política externa resulta da própria noção de segurança, pois que “o perigo não é uma condição objetiva” e sim “um efeito de interpretação” (CAMPBELL, 1998, p. 2). Se nem todos os riscos são iguais, e nem todos os riscos são interpretados como perigo, argumenta ele, é preciso então dar conta do papel da subjetividade na articulação do perigo<sup>3</sup>. Daí a importância dos elementos linguísticos contidos nos significados e nas representações utilizados na articulação de discursos de perigo a fim de construir ameaças e produzir identidades coletivas, além de privilegiar o Estado como espaço e ator capaz de gerar segurança e sentimento de pertencimento coletivo.

Assim, concebemos identidade e política externa como fruto de práticas de natureza essencialmente discursiva, relacional, política e social. É discursiva porque não é possível conceber objetos fora do campo discursivo, fora da linguagem<sup>4</sup>; é relacional porque somente se admite falar de um “Eu” na presença de um “Outro”; é política porque os discursos que tentam estabilizar significados competem para se tornar dominantes e assim impor suas respectivas unidades de pensamento único; e é social porque é articulada por meio de códigos culturais coletivamente articulados e propagados no campo social.

Essa concepção é formulada por Campbell (1998), que entende política externa como prática central à constituição, produção e manutenção da identidade e do próprio Estado. A política externa, nesse sentido, se revela uma prática política de construção de fronteiras ao produzir discursivamente diferenças com base em dicotomias do tipo “dentro/fora”, “amigo/inimigo” e “Eu/Outro” sustentadas por marcadores identitários (MANSBACH; RHODES, 2007) de conteúdo ideológico específico. A função dos marcadores é estabelecer o horizonte do “Eu” em relação ao “Outro”: o que pode ser incluído e o que deve ser excluído. Em outras palavras,

---

3 Não seria necessário, portanto, existir uma situação ou evento objetivo que justifique a interpretação de ameaça. A mera existência de modos alternativos de significação que possam sugerir que outras e diferentes identidades são possíveis, e não apenas aquela que reclama para si o *status* de única e verdadeira, já é capaz de produzir uma interpretação de ameaça à identidade dominante.

4 O conceito de discurso não deve ser confundido com o de ideias, pois que o primeiro incorpora elementos igualmente materiais e ideacionais.

a política externa converte diferença em “Outricidade” ao criar e naturalizar a constituição de um “Eu” privilegiado.

Retornando à “Guerra ao Terror” e suas condições de possibilidade, entendemos que os atentados de 2001 teriam provocado uma crise orgânica ao desestabilizarem os significados e representações que davam sentido à realidade e aos indivíduos. A experiência de perda de sentidos estaria na origem de um trauma coletivo: Noções elementares do tipo “Quem somos nós?”, “Que mundo é este?” e “Para onde vamos?” foram perdidas. A superação do trauma exigiu a reestabilização dos sistemas de significação rompidos em 2001, em especial aqueles que davam sentido à realidade da coletividade. Nesse sentido, interpretamos a “Guerra ao Terror” como uma tentativa de recompor os sentidos de americanidade, razão pela qual suas articulações seriam autorreferentes.

### **A Análise do Discurso de americanidade da “Guerra ao Terror”**

A Teoria do Discurso e a Análise Discursiva, ao conceberem uma realidade socialmente construída em que todos os objetos, sujeitos e relações possuem significados; e ao reconhecerem a natureza instável e performática das identidades que são atribuídas a esses mesmos objetos, sujeitos e relações, pretendem justamente dar conta daquilo que Foucault (1972, p. 49) descreveu como “práticas que sistematicamente formam os objetos sobre os quais falam”. Em outras palavras, entender realidade como produto de práticas sociais de produção e reprodução de significados e representações.

Aceitando a concepção de realidade como construção histórica essencialmente discursiva, cuja postulação é atribuída à afirmação de Derrida (1974, p. 158) de que “não existe nada fora do texto”, entendemos que todo objeto somente pode ser entendido dentro da formação discursiva que lhe confere conteúdo e especificidade. Nesse sentido, a importância dos discursos reside em sua capacidade de produzir significados e de construir representações da realidade nas redes de poder/saber apontadas por Foucault (1980). Discursos, portanto, não são espelhos da realidade. Ao contrário, eles as constroem<sup>5</sup>.

Por essa razão, não podemos reduzir os discursos a “espelhos da realidade”, “retórica vazia”, “visão distorcida da realidade”, “falsa ideologia”, “véu de ignorância” ou “ideias flutuando no ar”. São práticas sociais que constroem realidades específicas, dotadas de sentido igualmente específico, que é circulado

---

5 Tal afirmação não deve ser confundida com a negação quanto à existência de uma realidade material. Recorrendo à distinção formulada por Laclau e Mouffe (1985, p. 108): “Um terremoto, ou a queda de um tijolo, constituem um evento que certamente existe, pois que o evento ocorre aqui e agora, independentemente de nossa vontade”. No entanto, esses eventos somente ganham especificidade como eventos naturais, ou como produto da ira divina, por exemplo, quando articulados dentro de uma formação discursiva específica que os constroem como tais.

e disseminado nas redes de poder/saber apontadas por Foucault (1980). Eles possuem agência e materialidade porque, ao se apropriarem de antigos discursos, resgatando-os do passado, adaptando-os ao presente e projetando-os para o futuro, eles criam sujeitos, relações, normas, interesses e instituições. Discursos, nesse sentido, não podem ser ignorados na compreensão da ação política.

Em nossa abordagem, recorreremos a Jackson (2006, p. 164) para caracterizar discursos como “conjuntos de ideias relacionadas que empregam um arranjo específico de vocabulários, regras, símbolos, rótulos, presunções, narrativas e outras formas de ação social que, por sua vez, determinam o que é possível – ou impossível – de ser dito acerca de um determinado objeto; é o que passa a ser entendido como normal, como se fosse oriundo do senso comum, e assim aceito como ‘conhecimento legítimo’”. Nesse sentido, os discursos estabelecem, na esfera do debate público, os parâmetros, possibilidades e interesses da formulação política.

Discursos são práticas sociais que produzem “coisas” ao invés de simplesmente representá-las ou descrevê-las, fazendo com que se envolvam na constituição da realidade. São práticas sociais porque criam realidades e as povoam com objetos, atribuindo-lhes identidades, características, atributos e qualidades, criam relações entre as realidades e esses objetos, e criam relações entre os próprios objetos. Veja o seguinte exemplo: ao falar de uma “cortina de ferro”, Churchill não descreveu a realidade: a ela construiu. Apesar de totalmente imaginada, a “cortina de ferro” criou uma realidade específica: uma política de esferas de influência de duas superpotências que dividia a Europa em duas regiões, produzindo efeitos tão reais quanto o concreto do Muro de Berlim.

Os discursos nos permitem expressar, comparar, classificar, separar e criar representações sobre o passado, presente, futuro e assim construir suas respectivas realidades. Conforme Gärdenfors (2002, p. 5), eles nos fazem compartilhar visões de mundo. Devemos, portanto, tentar compreender como as relações de poder atuam nos discursos de forma a construir socialmente demandas parciais, temporárias, contingentes e particulares como verdades totais, permanentes, necessárias e universais. A atenção se desloca para a compreensão de como os discursos produzem determinados significados simultaneamente em que consolidam uma ideologia ao incluírem ou excluírem significados.

Outra razão para o destaque dado ao papel dos discursos se deve às suas implicações para os processos de construção de identidades. Recorrendo a Taylor (1989), lembramos que as identidades são fundamentalmente determinadas pela linguagem empregada pelos indivíduos para se referirem à realidade e a si próprios, forjando assim um “autoconceito”. Para Taylor, não existe uma realidade subjacente e verdadeira, um “Eu” puro, profundo e essencial, e sim um conjunto de elementos linguísticos aos quais recorreremos para significar o mundo e a nós

próprios. São eles, portanto, que constituem o que somos. Em outras palavras, nosso “Eu” não é independente de como o vivenciamos ao interpretarmos a realidade: ele é produto dessa interpretação.

Conforme observa Der Derian (2002, p. 185), não é apenas o cálculo racional de interesses que nos leva à guerra. “Fazemos guerra pelo que vemos, percebemos, retratamos, imaginamos e falamos dos outros”, afirma ele. Assim, as guerras se tornam possíveis pela forma “como construímos a diferença com relação aos outros e a semelhança entre nós mesmos através das representações”. Zonas protegidas de linguagem, recurso a dicotomias binárias, ultimatoss do tipo “either/or” e uso de oposições concorrentes e imitativas seriam algumas das estratégias identificadas por Der Derian na “Guerra ao Terror”.

Com efeito, uma guerra articulada com base na constante evocação de uma “linha divisória” tão inequívoca como a articulada pela “Guerra ao Terror” se caracteriza por aquilo que Der Derian (2002, p. 184) denomina de “guerra mimética”: uma disputa de imitação e representação, em que a relação de quem somos e quem eles são é produzida ao longo de um espectro de familiaridade e amizade, indiferença e tolerância, afastamento e hostilidade (DER DERIAN, 2002, p. 185). Prossegue o autor: “Ela pode gerar apreciação ou difamação, acomodação ou separação, assimilação ou extermínio. Ela traça fronteiras físicas entre povos, assim como fronteiras metafísicas entre vida e a mais radical das outras vidas, a morte. Ela separa o indivíduo de deus. Ela constrói a cerca que gera os bons vizinhos, e o muro que confina um povo. E sanciona quase todo tipo de violência”.

Nesse sentido, a “linha divisória” de W. Bush não era territorial ou espacial *per se*, como se delimitasse uma disputa de fronteiras entre duas entidades nacionais soberanas, e sim uma linha imaginada que evoca a constante e mútua produção de diferenças entre os que estão de um lado e os que estão do outro lado da linha. É justamente essa “linha divisória” que nos leva ao problema da produção da identidade nacional nas práticas de política externa, conforme tese de Campbell (1998). O discurso que produziu as condições de aceitação e legitimação dessas decisões se alimentou da articulação discursiva de uma “linha divisória” que converteu diferença em “Outricidade”.

Assim devemos entender a “Guerra ao Terror”: uma prática social pela qual o Estado assume o papel de exclusivo representante da comunidade nacional ao se engajar num incessante processo de produção de diferenças frente ao “Outro” externo. Agindo em nome da preservação e defesa do corpo social interno, ele constrói o “Outro” que deve ser repellido, impõe sua visão de mundo específica e reinscreve o sentido da coletividade, além de disciplinar e punir desvios e dissensos internos. A reconfiguração do senso comum do que é apropriado permitiria, em última hipótese, a implementação de novas políticas,

normas, valores e instituições impensáveis antes do início da crise. O que, em outro contexto histórico, seria entendido como totalmente inaceitável, torna-se, na crise, não somente aceitável, mas a única opção possível.

Os discursos produzem sentido entre seus interlocutores, que assumirão diferentes significados conforme as condições de produção de seus enunciados. Surge, assim, a noção de “condições de produção de um discurso”, isto é, as específicas circunstâncias que permitiram que um discurso fosse articulado e consolidado até se tornar dominante. Elas seriam, portanto, historicamente determinadas e se submeteriam às estruturas de poder existentes na produção do próprio discurso. Elas se relacionam justamente àquilo que Foucault denominou de “formação discursiva”, pois regulam o que pode ser dito, pensado, imaginado e concebido com base em uma posição específica. Para Foucault (1972, p. 38), “formação discursiva” é todo conjunto de enunciados que apresente, “entre certo número de enunciados” e “objetos, tipos de enunciados, conceitos ou escolhas temáticas”, uma “regularidade (ordem, correlações, posições e funcionamentos, e transformações)”.

Inserindo o conceito acima no quadro da Análise do Discurso, Pêcheux e Fuchs (1990) sugerem que toda formação discursiva exteriorizaria uma ideologia específica que determina, em último grau, as normas que regem um discurso. Ao definir o horizonte normativo do que pode ser dito, quem pode dizer e como dizer, a ideologia se manifesta materialmente. É a ideologia que produz as normas que dão inteligibilidade ao discurso. A Análise do Discurso nos permite mapear enunciados, identificar suas regularidades e apontar a ideologia que dá origem às normas que regem a formação discursiva.

Por meio de mecanismos de análise textual, pretendemos identificar as principais estratégias de produção do discurso da “Guerra ao Terror”. Entre os diversos métodos de análise<sup>6</sup>, optamos pelo mapeamento de significantes flutuantes, nos termos da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (1985). Devido ao grande volume de textos que compõem o corpus discursivo da “Guerra ao Terror”, optamos por limitar a amostra. Recorrendo a um conjunto pequeno, porém representativo, chegamos aos “textos pioneiros”<sup>7</sup> que submeteremos à análise<sup>8</sup>.

---

6 Existem diversos métodos de análise de discursos, embora nenhum seja necessariamente mais correto ou válido do que os demais. De fato, o método dependerá mais da problemática ou da amostra disponível para análise. Como exemplos dessa pluralidade de métodos, citamos Fairclough (2003), Van Dijk (1997), e Wodak e Meyer (2001).

7 Expressão empregada por Iver Neumann para designar os textos chave que compõem um discurso.

8 Escolhemos como nosso corpus discursivo para análise: o pronunciamento presidencial de 11 de setembro de 2001; o pronunciamento presidencial de 20 de setembro de 2001; o pronunciamento presidencial de 7 de outubro de 2001, anunciando a invasão do Afeganistão; o pronunciamento do “Estado da União” de 29 de janeiro de 2002; o pronunciamento presidencial de 1º de junho de 2002, também conhecido como o “Pronunciamento de *West Point*”; e o documento “A Nova Estratégia de Segurança Nacional” de 2002.

Em sua inovadora proposta, Laclau e Mouffé (1985) postulam que o corpo social não seria natural, e sim resultante de múltiplas práticas articulatórias que constituem e organizam as demandas sociais. Nesse processo permanente de busca da totalidade do corpo social, as demandas são articuladas por “lógicas da equivalência” – criando antagonismos a outras demandas e suas respectivas identidades – e “lógicas de diferença”, que as fazem ser repelidas e negadas por outras demandas. O discurso age sobre as demandas articulando-as e significando-as até reuni-las em cadeias de associação que, articuladas entre si, constroem o corpo social.

O discurso agiria sobre as demandas ao torná-las equivalentes em sua oposição a outras demandas percebidas como “contrárias” ou “negativas” a elas. Embora diferentes, as demandas se tornam equivalentes na negação do “Outro”, gerando assim uma totalidade na equivalência. A formação do corpo social que se imagina equivalente e unificado dependeria, portanto, da contínua construção discursiva do que Laclau e Mouffé denominam de “Outro radical”. Inere-se, portanto, que o discurso pressupõe a contingência e a precariedade das demandas e identidades, que devem ser objeto constante de articulação para estabilização de seus significados.

A disputa pela hegemonia representaria então o esforço permanente de um discurso em fixar e estabilizar identidades de forma que as diferentes demandas se sintam representadas por uma demanda particular. Quando esta obtém sucesso em gerar a representação de totalidade, e sem perder sua particularidade, ela estabelece uma relação hegemônica com as demais demandas, que se sentem representadas por equivalência. Isso não significa que as diferenças internas tenham desaparecido. Elas continuam a existir, mas são suturadas em pontos privilegiados (“pontos nodais”) sobre os quais significantes flutuantes agem para estabilizar significados.

Cunhado por Lévi-Strauss (1950) para “representar uma quantidade indeterminada de significação despida de significado e, portanto, apto a receber qualquer tipo de significado”, o conceito de “significante vazio” nada mais é do que uma forma (significante) sem conteúdo determinado (significado). Por ser forma sem conteúdo, o significante flutua, podendo ser preenchido por qualquer significado. Seu potencial polissêmico o converte em receptáculo de múltiplos conteúdos, permitindo-lhe conciliar significados aparentemente irreconciliáveis<sup>9</sup>.

Para Chandler (2002), um significante flutuante indica “um significado vago, altamente variável, não-especificado ou inexistente”. Nesse sentido, prossegue ele, um significante flutuante pode “significar diferentes coisas para

---

9 Nesse sentido, devido à sua natureza não-específica, um significante flutuante funciona como uma sinédoque, possibilitando que algo que seja particular passe a representar a totalidade.

diferentes pessoas” sem trocar de forma: eles podem “representar muitos e quaisquer significados; podem significar o que quer que seu intérprete deseje que ele signifique”. Para Chandler, o significante flutuante possui “valor simbólico zero”, o que permite “o funcionamento do pensamento simbólico apesar das contradições que lhe são inerentes.”

Por simbolizar “uma completude ausente” (LACLAU, 1996, p. 28), o significante flutuante pode significar coisas diferentes para grupos diferentes em momentos diferentes, conforme postulava Saussure (1983) sobre a ausência de uma relação natural entre significante e significado na constituição do signo. Por influenciarem o que significam, eles exercem poder nas práticas articulatórias de construção do corpo social.

A construção de identidade se torna possível quando o discurso emprega um significante vazio capaz de unir um conjunto heterogêneo de demandas em uma única cadeia de equivalência e assim traçar uma linha de separação entre a coletividade e seu “outro” constitutivo. Nesse sentido, conforme apontam Butler, Laclau e Zizek (2000), o processo de formação de identidades se assemelha a uma disputa infinita pela hegemonia, na qual inúmeros discursos competem para estabelecer a percepção dominante da realidade para todos os participantes do processo de comunicação.

Com base na análise de nossa amostra, identificamos os substantivos<sup>10</sup> dominantes que funcionam como significantes flutuantes na articulação da “Guerra ao Terror”. Em seguida, ao buscar regularidades não-usuais nos enunciados, constatamos o predomínio de pronomes pessoais e possessivos na primeira pessoa do plural. Observamos o predomínio dos seguintes significantes flutuantes na “Guerra ao Terror”: “América”, “nação”, “liberdade”, “povo” e “nós”.

Principal significante flutuante no discurso da “Guerra ao Terror”, a palavra “América<sup>11</sup>” funciona para construir, pela lógica de equivalência, a representação de uma coletividade homogênea, unida e coesa, sem disputas ou clivagens internas<sup>12</sup>, cujo significado recebe um valor positivo em relação à “não-América”. Já o termo “nação”, se opõe ao que está fora de suas fronteiras e ao que

---

10 Para Currie (2004, p. 4), todo substantivo afirma uma diferença e nega um “universo de diferenças”. Com efeito, os substantivos – como, por exemplo, cão, comida, árvore, lua, casa etc. – expressam a ideia de categoria ou classe, o que já indicaria a naturalização de cadeias associativas de equivalências e diferenças.

11 Percebemos também um claro predomínio da palavra “América” em vez de “Estados Unidos da América” ou “Estados Unidos”. Tal fato pode ser explicado pela forma como o significante “América” se presta melhor para significar e naturalizar uma coletividade idealizada e imaginada. Nesse sentido, “América” possui maior capacidade de flutuação para a articulação discursiva do que os termos acima.

12 A fim de evitar a contaminação dos resultados da análise, visto que o ato de tradução também constitui uma prática de articulação, optamos por não traduzir os enunciados que compõem a amostra do *corpus* discursivo.

a ameaça, sobretudo no sentido de amplificar o sentimento de pertencimento à coletividade nacional, simultaneamente em que, pela lógica da diferença.

É interessante observar que a oposição é articulada não somente em relação ao caráter transnacional das redes terroristas, como também à natureza não-nacional de organizações e instituições, como as Nações Unidas e o direito internacional. Nesse sentido, o significante funciona de forma a marcar que a “América” retira poder e legitimação de seu *status* de Estado-nação soberano.

O terceiro significante flutuante predominante na amostra é “liberdade”, cuja localização em referências cruzadas à falta de liberdade é crucial para a lógica de articulação discursiva da “Guerra ao Terror”. Ademais, as múltiplas variações e combinações de substantivos e adjetivos dele resultante amplificam o efeito articulador do significante “liberdade”. Assim, expressões como “*freedom-loving nation*”, “*freedom-haters*”, “*free markets*”, “*land of the free*”, “*to live in liberty*” e “*free society*” se repetem ao longo do discurso. Ex: “*In every region, free markets and free trade and free societies as proving their power*”; “*the common calling of freedom-loving people*”; “*our great coalition freed a country*”; “*liberated Afghanistan*” etc.

O quarto significante flutuante por nós identificado é “povo”. Trata-se de um significante vazio extremamente eficaz para a articulação discursiva de uma comunidade imaginada. Ele é empregado com frequência para significar a sociedade norte-americana como um corpo social coeso e uniforme significado positivamente e de forma excepcional como “americanos”: “*And I join the American people in applauding your unity and resolve*”; “*I have stood in awe of the American people*”; “*The American people have responded magnificently*” etc.

Simultaneamente, considerando o peso da imigração nos processos de formação daquela sociedade, a palavra “povo” tem enorme potencial de interpelação: cidadãos norte-americanos, natos ou naturalizados, de segunda ou terceira geração, estrangeiros residentes legais, mas que se sintam identificados pela ideia de pertencer àquela comunidade nacional, e até mesmo imigrantes ilegais, que podem se sentir atraídos pela sensação de pertencimento àquela sociedade, apesar de juridicamente excluídos da nação.

Ao contrário dos casos anteriores, todos substantivos, o último significante dominante por nós identificado é um pronome: “nós”. Ele possui especial potencial para funcionar como significante flutuante devido à sua condição dêitica, que é capaz de gerar sentimento de identificação com o falante. A dêixis<sup>13</sup> funciona pela interpelação do ouvinte, fazendo-o se posicionar em relação à fala e ao falante. Ao

---

13 Segundo Levinson (1984), o termo “dêixis” advém da palavra grega que significa “apontar” ou “indicar”. Tradicionalmente, as categorias da dêixis são as de *pessoa*, *lugar* e *tempo*. Ex: “nós”, “aqui” e “agora”.

ser interpelado, o ouvinte se identifica – ou não – como pertencente ao mesmo grupo, tempo ou espaço do falante, etc.

Contudo, por envolver dois estágios distintos<sup>14</sup>, ela funciona tanto para incluir como excluir ouvintes do grupo destacado pelo falante em seu enunciado. Nesse caso, a dêixis se revela uma excelente estratégia discursiva na fixação de referências, construção de identificação entre falante e ouvinte, produção de sentimento de pertencimento e atração de terceiros para o polo do falante. Seria correta, portanto, sua caracterização como criadora de “we-feeling”, interpelando grupos e indivíduos dispersos no campo social de forma a fazê-los sujeitos do discurso hegemônico que possibilitará a formação da identidade coletiva significada por “América”, “*They stand against us because we stand in their way*”; “*We’re in a fight for our principles, and our first responsibility is to live by them*”; “*And in our grief and anger we have found our mission and our moment*” etc.

Nossa conclusão é que os significantes flutuantes que dominam a articulação da “Guerra ao Terror” (“América”, “nação”, “liberdade”, “povo” e “nós”) são **autorreferentes**, pois que atribuem significado à própria coletividade e a seus membros. Os resultados nos levam a destacar como o significado perdido de americanidade é rearticulado e refeito. De forma a ilustrar o processo, propomos a representação a seguir, na qual dois significantes (“liberdade” e “América”) são posicionados em oposição cruzada a outros elementos (“terrorismo” e “opressão”) de forma a significar a americanidade.

No entanto, como já apontou Saussure (1983), as palavras não possuem significados inerentes; elas os adquirem de acordo com suas respectivas formações discursivas, em processos de longa duração altamente politizados, fazendo com que a linguagem tenha uma história. Entendemos que o discurso da “Guerra ao Terror”, assim como o da Guerra Fria, contém traços de uma única origem: o puritanismo da América Colonial. Dando prosseguimento à pesquisa previamente aberta por Campbell (1998), pretendemos levantar a genealogia do discurso da “Guerra ao Terror” que, a nosso ver, recorre ao mesmo sistema de significados, representações, símbolos e mitos que o sermão típico dos puritanos da América Colonial: os discursos jeremiadas.

Em pesquisa sobre a Guerra Fria, Campbell (1998) já havia observado que os textos de política externa norte-americana da época, sobretudo os documentos elaborados e circulados no âmbito do *National Security Council*, reproduziam uma representação da realidade muito específica. Ele observou a

---

14 Para Numberg (1993), a dêixis de pessoa produzida pelo pronome “we” em inglês envolve dois estágios distintos: um *dêitico* e um *interpretativo*. Não basta o falante gerar a situação de dêixis, o destinatário deve interpretar o enunciado para se sentir incluído ou excluído do processo comunicativo.

recorrência de articulações como uma “América livre e pacífica”, ameaçada por “uma conspiração internacional”, e que buscava destruir a “dignidade, liberdade e valores sagrados do indivíduo”, valores “concedidos por Deus” e que estariam na raiz da “civilização ocidental”, entre outras representações.

Identificando uma espécie de padrão na produção da diferença entre “América/não-América”, Campbell entendeu que a constante e deliberada evocação de uma “missão nacional”, dos “objetivos da república”, da “defesa da liberdade”, da “afirmação do indivíduo” e da “predestinação da América” sinalizava que aqueles documentos estratégicos faziam muito mais do que simplesmente oferecer uma análise da política internacional: reafirmavam uma identidade nacional específica. “Carimbados com ‘Confidencial’ e lidos pela elite, os textos apagavam as linhas entre interno e externo com figuras quase-puritanas”, observou ele (CAMPBELL, 1998, p. 32).

De fato, os significados e representações identificados por Campbell remetiam diretamente a uma ideologia puritana tipicamente americana. Símbolos, mitos e narrativas como “América excepcional”, “predestinação”, “farol do mundo”, “Império benevolente” – sobretudo em oposição ao “Império do Mal” simbolizado pela União Soviética – pareciam frequentar o discurso da política externa da época, o que indicaria a tentativa de imprimir à ideologia puritana uma aparência de nacional, permanente e natural. Sua inscrição nas práticas de política externa se torna mais evidente se olharmos não apenas a linguagem e símbolos empregados nos textos que compõem seu discurso, como sua estrutura narrativa, que reproduz o sermão típico dos puritanos da América Colonial: o jeremiada<sup>15</sup>.

Tendo experimentado seu ápice na colônia de Massachusetts no século XVII, o jeremiada tinha como temas principais a lamentação quanto à decadência da sociedade, o anúncio do fim iminente e a convocação dos verdadeiros fiéis à vigilância permanente de forma a assegurar a salvação. Sua especificidade reside no forte tom de alerta sobre a certeza e iminência do dia do julgamento, quando aqueles que caíram em pecado e degeneração receberão punição justa por sua contribuição para os males sociais e morais.

Com origem nas pregações do profeta Jeremias no Velho Testamento, a narrativa da jeremiada lamenta a degeneração atual do povo, exorta à ação e alerta para o zelo permanente em relação ao pecado e ao mal advindo do apocalipse iminente. Explica Bercovitch (1978) que a jeremiada americana, ao proporcionar o clima ideal para a liberação de “incansáveis energias ‘progressistas’ necessárias ao sucesso do empreendimento” puritano no Velho Mundo, tornou-se instrumento

---

15 Epônimo do Profeta Jeremias, o termo remete diretamente ao Livro do Jeremias e ao Livro das Lamentações do Antigo Testamento.

fundamental na construção do que ele entende ser a “protomatéria” da unidade nacional americana

Para Campbell, existe uma relação entre a ideologia puritana da América Colonial e a política externa norte-americana: o puritanismo seria o principal “marcador identitário” do discurso da política externa norte-americana.

Ao empregar esse modo de representação, os textos de política externa do período pós-guerra lembravam o gênero literário do jeremiada do século XVII, ou o sermão político, no qual os pastores puritanos combinavam áridas críticas com apelos pela renovação espiritual. Estabelecendo posteriormente o arcabouço interpretativo da identidade nacional, essas exortações eram influenciadas pela tradição europeia de pregação da onipresença do pecado a fim de fomentar o desejo por ordem, porém com um momento notadamente afirmativo (CAMPBELL, 1998, p. 32).

Recorrendo ao crítico literário Sacvan Bercovitch, Cambell postula a genealogia dos discursos de política externa norte-americana para além da própria Guerra Fria.

O jeremiada puritano americano era o ritual de uma cultura embarcada em uma missão – ou seja, uma cultura baseada na fé como processo. Ao substituir hierarquia pela teleologia, ele descartou o ideal do Velho Mundo de um estado de estase em favor de uma visão do Novo Mundo para o futuro. Sua função era criar um clima de ansiedade que pudesse liberar as inquietas energias “progressistas” necessárias para o sucesso da empreitada. O jeremiada europeu também se alimentava da ansiedade, obviamente. Como toda forma de “tradicionalista” de ritual, usava medo e temor para pregar a aceitação de normas sociais fixas. No entanto, o jeremiada americano ia além. Ele fez da ansiedade seu fim e meio. A crise era a norma social que tentava insinuar. O próprio conceito de missão, afinal, sugeria um estado de não-satisfação. O futuro, apesar de divinamente assegurado, nunca estava realmente ao nosso alcance, e os Jeremias da Nova Inglaterra tentavam criar o sentimento de insegurança que asseguraria o resultado final. (BERCOVITCH, 1978, p. 23)

Bercovitch destaca a relação do puritanismo com a identidade nacional americana:

Apesar de seu juramento à teocracia, os emigrantes puritanos faziam parte de um movimento em direção ao futuro. Sua retórica e visão facilitavam o processo de crescimento colonial. Na sustentação dessa retórica e visão, Jeremias posteriores efetivamente forjaram um poderoso veículo para a ideologia da classe média: um ritual de progresso pelo consenso, um sistema de símbolos sagrados e seculares para a doutrina do laissez-faire, uma “religião civil” para um povo escolhido para nascer já formado diretamente no mundo moderno – América, a primeira filha gerada do capitalismo democrático, o único país que desenvolveu, do século XVII ao XIX, uma cultura completamente classe média. (BERCOVITCH, 1978, p. 27-8)

Assim, Campbell propõe que o sistema linguístico empregado para significar “América” e “não-América” seria apropriado e adaptado da tradição dos jeremiadas dos puritanos da Nova Inglaterra. Seu sistema de significados, representações, símbolos, mitos e metáforas, cujo conteúdo Bercovitch já havia identificado como típico da cultura da classe média norte-americana, seria reproduzido do discurso de política externa de forma a construir e normatizar um “Eu” americano ideologicamente puritano.

Conforme caracteriza Murphy (1990, p. 283), o discurso do jeremiada promovia o controle social, ao exigir dos ouvintes a reafirmação – e não o questionamento – das estruturas dominantes. Ao mesmo tempo em que criava ansiedades, medos e incertezas, ele dava conforto, alívio e certeza ao chamar os fiéis para a ação, vigilância e zelo. Seu paradoxo é que permitia aos indivíduos darem sentido à realidade e a si próprios somente enquanto existisse adversidade ou perigo. Em situação de “normalidade”, sua articulação falharia. O discurso do jeremiada se revelou tão eficaz no controle e na disciplinarização do corpo social que sua prática foi institucionalizada<sup>16</sup>.

Faz sentido, portanto, a referência que Campbell faz a um enunciado do Presidente Bush na Guerra do Golfo em 1991: “No curso da existência de uma nação, somos chamados a definir quem somos e em que acreditamos” (BUSH apud CAMPBELL, 1998, p. 12). Para Campbell, a ligação proposta por George Bush entre a identidade nacional americana e a ameaça indica justamente a importância da subjetividade na articulação da situação de perigo. Por ser entidade inacabada, o Estado se engaja em um processo permanente de reprodução, buscando situações em que estejam expostos ao de fora, ao externo, ao estrangeiro, ao outro, para que possam reafirmar aquilo que pertence ao de dentro/interno/nacional/eu. Pela política externa, essa arena privilegiada de contatos entre fronteiras, o Estado emprega discursos de medo para converter o externo em ameaça e assim reafirmar suas fronteiras morais e espaciais, e estabilizar sua própria identidade.

Nas palavras de Campbell (1998, p. 13), “a articulação constante do perigo através da política externa é, portanto, não uma ameaça para a identidade ou existência do Estado, mas sim sua própria condição de possibilidade”. É através da constante articulação da ameaça e da conversão da diferença em “Outricidade” que o Estado assegura e obtém sua própria legitimação. Entretanto, considerando que as ameaças, assim como as identidades, nunca são fixas, o Estado deve sempre rearticular e reinscrever seus domínios e espaços. Nesse sentido, reinscrição deve ser entendida como a tentativa de apresentar como permanente aquilo que é contingente. E, no caso dos Estados Unidos, essa comunidade imaginada por excelência, estamos falando da normalização de uma identidade puritana.

---

16 Entre 1634 e 1834, a cerimônia da abertura da Corte Geral de Massachusetts foi feita com um “jeremiada”.

### **Identidade nacional e americanidade no discurso da “Guerra ao Terror”**

Conforme sugere Laclau (1996), a identidade é constituída com base em relações de diferença a um “Outro” que, por sua vez, torna-se um significante de ameaça, caos, instabilidade e negatividade de forma a possibilitar a articulação do “Eu” como significante para segurança, ordem, estabilidade e positividade. Nesse sentido, a estratégia adotada na articulação da “Guerra ao Terror” buscou construir uma realidade com base em representações e significados regidos por relações dicotômicas, cujos polos positivos são sempre atribuídos à América e aos americanos. Suas identidades, interesses e comportamentos são apresentados como autoevidentes quando colocados em relação a seus opostos necessários: terroristas, tiranos, ditadores, bárbaros e o mal. Vemos, portanto, um discurso autorreferente: um discurso articulado por americanos sobre a América e os americanos em oposição a tudo que seja não-América e não-americano.

Torna-se igualmente importante destacar as formas como “América” é significada como o principal agente de transformação e libertação do mundo. Ao aludir à responsabilidade moral dos Estados Unidos em relação a si próprios e ao mundo, fruto de um chamado transcendente (uma missão confiada por Deus ao seu povo escolhido ou como chamada da própria História), a “Guerra ao Terror” impediria o questionamento, a contestação, a dúvida ou a crítica. Na verdade, por se tratar de atribuição transcendente, sua compreensão se encontraria fora da capacidade humana.

Como já observou Nabers (2009), o processo de reconstrução dos sentidos somente foi possível com a consolidação de um discurso capaz de aglutinar os múltiplos e variados elementos dispersos no campo social em torno de uma única cadeia de equivalências que se constitui em oposição ao que lhe é externo. A “Guerra ao Terror”, ao construir o “Outro” como força antagonista, assegura e legitima o significado da identidade nacional com base em estratégias de disseminação de medo e ansiedade quanto a este mesmo “Outro”. De certa forma, o “Eu” americano, para ser restaurado, exigiu a construção do “Outro” não-americano. Aqui lembramos Schmitt (1972), para quem a oposição entre amigo e inimigo constitui a essência da política, razão pela qual o discurso constrói seu respectivo regime de verdade em oposição ao do inimigo.

Com relação à produção da “Outricidade”, é preciso destacar como a “Guerra ao Terror” representa a América como ator benevolente em um mundo maléfico em essência. Para Hughes (2003, p. 154), trata-se do “culto da inocência” característico do discurso político norte-americano, que se torna particularmente evidente na política externa. De fato, a história da política externa norte-americana está repleta de enunciados que representam os Estados Unidos como nação jovem, inocente e pura, intocada pelas relações de poder egoístas

e autodestrutivas que regiam o comportamento das antigas potências europeias praticantes da *realpolitik*.

A representação da sociedade norte-americana como “vítima” de “ataques covardes” e “atos maléficos” remete de forma inescapável a construções binárias opondo uma nação “inocente” e “vítima” ao terrorismo necessariamente “culpado” e “mau”. Essa representação dicotômica resgata e adapta antigas narrativas e símbolos que mais uma vez conduzem à mitologia da fronteira: o confronto entre “mocinhos e bandidos”, lógica tão característica dos filmes de faroeste. O “mocinho”, encarnado pelo herói corajoso de chapéu branco, de caráter firme e coração puro, sempre pronto para o sacrifício na defesa do que é certo e justo. Ao seu confronto vem o “bandido”: o homem degenerado, de chapéu preto, aparência suja e esfarrapada, com barba por fazer e cabelos desalinhados, trapaceiro, egoísta e covarde disposto a tudo para obter o que deseja.

Na clássica representação da luta entre o “bem” e o “mal”, a linguagem é empregada para marcar uma linha clara entre o “Eu” americano e o “Outro” terrorista. A representação dos americanos como essencialmente “puros”, “inocentes”, “benévolos” e “altruístas” transforma os terroristas em necessariamente “corrompidos”, “vilões”, “maus” e “egoístas”. A estratégia produz a significação de que tudo que os americanos e a América fazem é moralmente certo e bom, enquanto que, devido à oposição àquilo que é “bom”, tudo que os terroristas e o terrorismo fazem é errado e mau. Como consequência, temos uma realidade que não admite explicações alternativas para o comportamento dos terroristas senão sua natureza “má”.

Como observa Murphy (2003, p. 616), esse tipo de discurso racionaliza os ataques terroristas como produto de índole malévola, doentia e desumana: “Fizeram o que fizeram porque é de sua natureza”. Tal articulação apresenta os terroristas como figuras basicamente não-humanas, que agem pura e simplesmente pela irracionalidade, paixões, ódios e violência. Trata-se da essencialização da “Outricidade”, que naturaliza, despolitiza, demoniza e desumaniza quaisquer motivações que possam dar sentido aos ataques. Como consequência, vemos a representação do Onze de Setembro como produto do mal, o que exclui do plano de possibilidades a compreensão, o diálogo ou a negociação. A repetição de expressões como “atos do mal”, “hoje vimos o mal” e “o pior da natureza humana” abre caminho para a normalização de uma violenta política de erradicação e purificação do caráter maléfico e animalesco dos terroristas, essencial para legitimar a “Guerra ao Terror”.

Com efeito, a ideologia puritana se torna mais evidente quando passamos a perceber como o discurso da “Guerra ao Terror” foi capaz de se reapropriar de uma mitologia que já se nutria bastante do puritanismo. Referências ao “Destino

Manifesto<sup>17</sup>”, à narrativa do “White Man’s Burden<sup>18</sup>”, à simbologia da fronteira e ao chamado da História somaram-se a um elemento decisivo: a predestinação teológica.

O emprego de expressões como “chamado divino”, “missão” e “cruzada”, o simbolismo da homenagem aos mortos de 2001<sup>19</sup>, a citação expressa do Salmo 23<sup>20</sup> no pronunciamento à nação da noite do Onze de Setembro, além de recorrentes pedidos de bençãos e preces, reforçaram o caráter teológico – e, portanto, incontestável e imperativo – da prática discursiva adotada. O discurso da “Guerra ao Terror”, ao se mesclar ao mito da excepcionalidade, passa a encontrar profunda ressonância no imaginário de uma sociedade que se acredita abençoada e escolhida por Deus para agir em seu nome.

Conforme observa Der Derian (2003), essa identificação faz com que a estratégia recorra à inspiração e à revelação, ao invés da análise e da razão. Com efeito, tal particularidade faz com que a política externa norte-americana assuma as características de um projeto que pretende recriar o mundo à imagem de uma América puritana. As estratégias discursivas aqui identificadas, que reproduzem o discurso do jeremíadas, permitem que “balança de poder” seja decodificada como “susserania global” e “paz” como “guerra sem fim”, conforme sugere Der Derian (2003, p. 21).

Além disso, ao recorrer a um acervo de significados e de representações característico do típico sermão puritano, o jeremíada, apropriando-se e adaptando-as ao contexto do Onze de Setembro, o discurso da “Guerra ao Terror” acaba por reproduzir conteúdos ideológicos bastantes específicos, de genealogia puritana. O uso de linguagem explicitamente apocalíptica e bíblica, a representação da realidade como o confronto entre o “bem” e o “mal”, no qual a América age pela mão da História, do progresso e da modernidade, a significação do terrorismo como “ameaça iminente”, capaz de destruir não só a América, mas o próprio mundo, a racionalização da necessidade de “alerta contínuo e permanente”, além da reprodução de narrativas puritanas do “povo eleito”, “comissionado” a ser “guia moral” para o resto do mundo – a “cidade na colina” a iluminar o caminho para a salvação, tudo aponta para o funcionamento de uma formação discursiva que se

---

17 Termo cunhado por John Louis O’Sullivan em 1845 para a justificação da anexação do Texas e do Oregon.

18 Título do poema de Kipling, originalmente publicado na revista *McClure* em 1899 em apoio à intervenção e ocupação norte-americana nas Filipinas.

19 O dia 14 de setembro de 2001 foi declarado pelo Presidente como “Dia Nacional de Orações e Lembranças”. Seu ápice simbólico ocorreu na cerimônia religiosa na Catedral Nacional, em Washington. Segundo Jackson (2006, p. 185), o local, a ocasião, a retórica e os ritos militares que dominaram a cerimônia a transformaram em um verdadeiro “chamado às armas” para uma guerra religiosa.

20 “Ainda que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum, porque Vós estais comigo; a Vossa vara e o Vosso cajado me consolam.”

presta a, simultaneamente, inspirar conforto e esperança, e estabelecer controle, ordem e coesão.

### **Considerações finais**

Como observam Passavant e Dean (2002), o discurso de americanidade presente na “Guerra ao Terror” tem como objetivo construir fronteiras, inscrever como permanente uma identidade contingente e reivindicar para o Estado papel exclusivo e privilegiado na superação da crise de significados do Onze de Setembro. Ele traça uma “linha divisória” no mundo, colocando os Estados Unidos e, conseqüentemente, a sociedade norte-americana, seus membros e valores como polo positivo na relação com o “Outro”, que passa então a funcionar como polo negativo que dá conteúdo ao “Eu” americano.

Nesse sentido, a evocação da “linha divisória” entre “nós” e “eles”, além da afirmação de que neutralidade é impossível, reafirma a natureza arbitrária, excludente, impositiva e disciplinadora das práticas políticas construídas por esse discurso. Com efeito, a afirmação de que “quem não estiver do lado dos Estados Unidos estaria automaticamente contra” traduziria a impossibilidade de aceitar práticas alternativas que não se alinhem à representação de mundo nos termos articulados pela “Guerra ao Terror”.

Nossa análise sugere que o discurso aqui identificado ganha conteúdo ideológico ao colocar determinados atores em rota de colisão, sugerir como naturais certas lógicas de associação e de repulsa, impor hierarquias, pressupor a existência de determinadas motivações e identidades, entre outros fatores. O mais preocupante é a forma como ela constrói uma realidade cujo “motor da História”, por assim dizer, seria uma natural e autoevidente luta do “bem” contra o “mal”. O resultado é a construção de um senso comum do confronto inevitável entre atores separados por claras linhas divisórias marcadas por dicotomias. Trata-se de um discurso que constrói como inevitável um confronto global no qual alternativas como neutralidade ou acomodação de diferenças se mostra impossível.

Nossa conclusão é que a “Guerra ao Terror” constrói uma realidade específica que é aceita e experimentada como autoevidente e verdadeira. Somente através de um sistema linguístico-cultural comum ao falante e ao ouvinte é que os enunciados que compõem o discurso poderão fazer sentido. As diversas estratégias discursivas empregadas na articulação da “Guerra ao Terror”, que selecionam e privilegiam determinados significados em detrimento de outros, constroem uma realidade que é imposta aos participantes do processo de comunicação, naturalizando-a.

Empregando metodologias de análise de discursos, procuramos identificar e isolar o chamado “conhecimento prévio” (STEVENS, 1980) necessário à

produção de sentido da “Guerra ao Terror”. Nas palavras de Quine (1936), trata-se de uma “verdade por convenção” por não ser natural, o que implica em um necessário conteúdo ideológico. Com base na identificação – e crítica – daquela ideologia, torna-se possível perceber como a opção pela “Guerra ao Terror” foi possível: pela existência de uma formação discursiva de longa duração de contornos ideológicos puritanos que acaba por tentar naturalizar uma identidade nacional puritana.

Em termos de implicações para a esfera político-estratégica das relações internacionais norte-americanas a partir de 2001, o que primeiro chama nossa atenção é a forma pela qual a “Guerra ao Terror” deslocou o sentido de ação estratégica do campo do cálculo e adequação entre meios e fins para o campo quase teológico da interseção entre fé monoteísta e verdade monolítica. O emprego de uma linguagem rica em referências, metáforas e símbolos religiosos – especialmente da tradição judaico-cristã – sinaliza o conteúdo ideológico reproduzido por aquele discurso: a inscrição dos Estados Unidos como uma nação eleita por Deus.

O discurso da “Guerra ao Terror” construiu as condições de possibilidade para a legitimação de normas, instituições, costumes e comportamentos até então inconcebíveis. As mudanças políticas que se seguiram foram aceitas como legítimas, naturais e fruto do senso comum devido à rearticulação dos sentidos de americanidade. Mais precisamente, foram percebidas como *as* únicas aceitáveis. Trata-se, portanto, de poder em sua forma mais pura: o poder que determina o que é possível, que exclui alternativas das fronteiras de possibilidade da ação humana.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERCOVITCH, S. **The American Jeremiad**. Madison: University of Wisconsin Press, 1978

BUTLER, J. **Gender Trouble: Feminism And The Subversion of Identity**. New York: Routledge. 1990.

BUTLER, J.; LACLAU, E.; ZIZEK, S. **Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left**. London: Verso, 2000

CAMPBELL, D. **Writing Security. United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CHANDLER, D. **Semiotics for Beginners**. Disponível em: [www.aber.ac.uk]. Acesso em: 24/04/2009.

CROFT, S. **Culture, Crisis and America's War on Terror**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CURRIE, M. **Difference**. New York: Routledge, 2004.

DER DERIAN, J. (2002). 9/11: "Before, After, and In Between". In: CALHOUM, C.; PRICE, P; TIMMER, A. (Eds.) **Understanding September 11**. New York: New Press. 2002.

DER DERIAN, J. Decoding **The National Security Strategy of the United States of America**. **Boundary 2**, v.30, n. 3, p. 19-27. 2003.

DERRIDA, J. **Glas**. Paris: Galilée, 1974.

FAIRCLOUGH, N. **Analyzing Discourse. Textual Analysis for Social Research**. London: Routledge, 2003.

FOUCAULT, M. **The Archeology of Knowledge & The Discourse on Language**. New York, Pantheon Book, 1972

FOUCAULT, M. **Power/Knowledge: Selected Interviews & Other Writings**. New York: Pantheon,1980.

GADDIS, J.L. "A Grand Strategy of Transformation". **Foreign Policy**, v. 133, Nov/Oct., p. 50-57, 2002.

GÄRDENFORS, P. (2002). "Cooperation and the evolution of symbolic communication". *Lund University Cognitive Studies*, nº 91. Disponível em: [<http://www.lu.se/peter.gardenfors/Articles/Cooperation.doc>]. Acesso em: 29/04/2009.

HANSEN, L. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War**. London: Routledge 2006.

HUGHES, R.T. **Myths America Lives By**. Chicago: University of Illinois Press.

JACKSON, R. (2005). **Writing the War on Terrorism: Language, Politics and Counterterrorism**. Manchester: Manchester University Press, 2003.

JACKSON, R. "Genealogy, Ideology, and Counter-Terrorism: Writing Wars on Terrorism from Ronald Reagan to George W. Bush Jr". **Studies in Language & Capitalism** 1, pp. 163-193, 2006.

JENKINS, P. **Images of Terror: What We Can and Can't Know about Terrorism**. New York: Aldine de Gruyter, 2003.

LACLAU, E. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel, 1996.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy**. New York: Verso, 1985.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

LOZZANO, B.J. **Sovereign in the state: an essay on trauma and the decision of the war on terror**. Santa Cruz, CA, EUA. Tese (Doutorado em Ciência Política). University of California, Santa Cruz, 2007.

MANSBACH, R.; RHODES, E. "The National State and Identity Politics: State Institutionalisation and 'Markers' of National Identity". **Geopolitics**, v. 12, nº 3, pp. 426-458, 2007.

MESSARI, N. "Identity and Foreign Policy: The Case of Islam in U.S. Foreign Policy". In: KUBALKOVA, V. (Ed.). **Foreign Policy in a Constructed World**. New York: Sharpe, 2001

MURPHY, J.M. "A Time of Shame and Sorrow: Robert F. Kennedy and the American Jeremiad". **Quarterly Journal of Speech**, v. 76, pp. 401-14, 1990.

MURPHY, J.M. (). "Our Mission, Our Moment": George W. Bush and September 11. **Rhetoric and Public Affairs**, v. 6, nº 4, pp. 607-32, 2003.

NABERS, D. "Filling the Void of Meaning: Identity Construction in U.S. Foreign Policy After September 11, 2001". **Foreign Policy Analysis**, v. 5, nº 2, pp. 191-214, 2009.

NUMBERG, G. "Indexicality and Deixis". **Linguistics and Philosophy**, v. 16, pp. 1-43. 1993.

PASSAVANT, P.A.; DEAN, J. "Representation and the Event". **Theory & Event**, v. 5, nº 2, 2002.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas". In: GADET, F; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1990..

QUINE, W.V.O. "Truth by Convention". *In*: LEE, O. (Ed.). **Philosophical Essays for A.N. Whitehead**. New York: Longmans, 1936.

SAUSSURE, F. **Course in General Linguistics**. Edited by Charles Bally and Albert Sechehaye. La Salle: Open Court, 1983.

SILBERSTEIN, S. **War of World: Language, Politics and 9/11**. London: Routledge, 2002

SJÖSTEDT, R. "The Discursive Origins of a Doctrine. Norms, Identity, and Securitization under Harry S. Truman and George W. Bush". **Foreign Policy Analysis**, v. 3, nº 3, pp. 233-54, 2007.

SMITH, S. "The Self-Images of a Discipline: a Genealogy of International Relations Theory". In: BOOTH, K.; SMITH, S. (Ed.). **International Relations Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 1995.

STEVENS, K.C. (). "The effect of background knowledge on de reading comprehension of 9<sup>th</sup> graders". **Journal of Reading Behavior**, v. 12, nº 2, pp. 151-54, 1980.

TAYLOR, C. **Sources of the Self: The Making of Modern Identity**. Cambridge: Harvard University Press, 1989

VAN DIJK, T. **Discourse as structure and process: Volume 1**. London: Sage, 1997.

WALKER, R.B.J. **Inside/Outside: International Relations as a Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WEBER, C. "Performative States". **Millennium**, v. 27, nº 1, pp. 77-95, 1998.

WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.) **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2001.

Recebido em novembro de 2011  
Aprovado em dezembro de 2011